FORMAÇÃO DOCENTE: MÍDIA E A SEXUALIDADE

Solange Mendonça da Silva
Universidade Estadual de Maringá
solymendonca@hotmail.com

Eliane Rose Maio Braga
Universidade Estadual de Maringá
elianerosemaio@hotmail.com

RESUMO

A sexualidade sempre foi um dos pontos de muitas discussões dentro do espaço educativo desde que o Ministério da Educação e Cultura, em 1996, produziu os Parâmetros Curriculares Nacionais, incluiu a sexualidade em seu volume 10, intitulado *Orientação Sexual*. Porém, o que se percebe é que a escola ainda não trabalha efetivamente esse tema dentro do espaço educativo, gerando dificuldades entre alunos/as e professores/as, quando se trata desse assunto. A escola tem como função social propagar o conhecimento formal e científico estruturado ao longo da história, mas mesmo com esse conhecimento ainda tem dificuldades para trabalhar as questões relacionadas ao tema sexualidade e suas manifestações sexuais (gestos e palavras). Um dos fatores que geram essa dificuldade está relacionado ao conhecimento que o corpo docente e os pais/mães detêm sobre o tema. Essas manifestações que aparecem nas escolas demonstram cada vez mais o interesse do/a aluno/a em discutir o tema. Ao contrário, temos uma instituição ainda muito fechada e despreparada para falar sobre o assunto, pois muitos/as docentes não têm embasamento teórico sobre as questões da sexualidade. Mas muitos/as ainda têm receio em discutir o tema, pois alguns/mas desconhecem as leis de incentivos à Orientação Sexual Escolar. Diante dessas questões levantadas, a pesquisa tem como objetivo apontar as dificuldades dos/as professores/as e o interesse dos/as alunos/as para discutir a sexualidade na escola. Também oportunizar a todos os/as envolvidos/as na discussão sobre os benefícios que seriam trazidos ao se tratar o tema, como um fator de prevenção para a vida dos/as alunos/as. Assim, esse trabalho pretende discutir a formação do/a professor/a como uma pessoa autorizada para falar de sexualidade na escola. Além disso, analisaremos questionários, buscando entender como a mídia influencia na formação dos/as professores/as.

Palavras-chave: Sexualidade; Educação Sexual Escolar; Professores/as; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo analisar o discurso de professores/as em torno de sua abordagem sobre sexualidade em sala de aula a partir de um recorte de um questionário realizado em escolas públicas e particulares. Para isso, utilizamos o aporte teórico sobre sexualidade elaborado por Foucault em seu livro "História sobre sexualidade" (1988), Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), as Diretrizes do Estado do Paraná (2003) e de Maringá (2009), como também a recuperação da abordagem do tema em um dos meios de circulação midiático – Revista Corpo, Gênero e Sexualidade.

Para Foucault (1988) a repressão da sexualidade nas esferas sociais extrapola o limite do individual, passando a ser um problema coletivo, visto que a não discussão implica em uma não comunicação sobre os aspectos negativos que podem surgir por não se conhecer os limites do que é benéfico ou maléfico. O que se evidencia é que o cerne do problema está nas instituições formadoras de professores/as que não abarcam em sua matriz de ensino a disciplina que transpõe um método de ensino sobre sexualidade. O que nos permite entender que o ensino está ineficaz para que se estabeleça uma política social válida em prol da conscientização sexual.

A FORMAÇÃO DO/A PROFESSOR/A NA UNIVERSIDADE PARA O TRABALHO COM A SEXUALIDADE

Para Fávero (2002), a função da universidade é propagar o conhecimento da ciência, tecnologia e cultura. Essa divulgação deve ser feita por meio do ensino e pesquisa, e algumas considerações devem ser importantes como, por exemplo, as mudanças que ocorrem na sociedade.

Para a autora, a universidade deve proporcionar o encontro de várias culturas e diferentes pontos de vista. Mas esse ponto de vista não deve ser transformado em conflitos e nem em um ambiente de opressão. Ressalta ainda em seu texto que a universidade deve disseminar o saber e socialização do conhecimento e a reflexão por meio de uma fundamentação teórica adequada à pessoa e à sociedade em que ela vive.

Assim, o objetivo é formar pessoas que pensem para que produzam novos conhecimentos e mudem a realidade. No entanto, existe ainda um pensamento idealiza-

do que o conhecimento está centrado na universidade, quando ela é apenas quem proporciona esse conhecimento para a formação crítica.

Ao lembrar que a instituição é um lugar onde deve se disseminar o saber, não se deve se esquecer da transgressão do conhecimento, que se constitui pelo trabalho com a sexualidade, que é uma das grandes mudanças da sociedade. Isso porque a todo o momento vemos notícias de abuso sexual, gravidez precoce, dentre outros casos que precisam ser também um foco importante, a saber, na escola. Dessa forma, há necessidade de se trabalhar a temática da sexualidade dentro da universidade, formando indivíduos capazes de saber discutir essas questões que fazem parte do cotidiano da escola, principalmente em cursos de licenciatura.

A partir do conhecimento que temos sobre a disseminação do conhecer dentro da universidade, analisaremos o porquê se discute pouco sobre a temática da sexualidade no curso de formação de professores/as da Universidade Estadual de Maringá. As discussões na grade curricular são apenas da disciplina "Psicologia da Educação: aspectos neuropsicológicos e afetivos", a partir das quais são abordadas as questões psicossexuais e a disciplina semi-presencial "Psicologia da Educação: temática da vida contemporânea". O objetivo dessa é desenvolver estudos que possibilitem a compreensão e superação de situações discriminatórias e estereótipos baseados em diferenças étnicas, sociais, religiosas e sexuais (UEM, 2005, Res. 170/05-CEP).

A matriz curricular do curso de Pedagogia aborda na disciplina Psicologia da Educação a teoria psicossexual de Freud, que estudou a formação da sexualidade no século XIX e XX. A principal discussão dele foi que a sexualidade começava na infância na fase libidinal. Freud dividiu essas fases em cinco: oral, anal, fálica, de latência e genital.

Para Braga (2002), a libido é entendida como instinto que conduz as pessoas até seus objetivos, formando a personalidade do indivíduo nas fases citadas anteriormente. A pesquisadora ressalta que os estudos de Freud contribuíram muito para se entender as fases do desenvolvimento cognitivo e sexual. Contudo, as contribuições trazidas por Freud são apenas um caminho para entender que a sexualidade inicia-se desde que nascemos - a todo o momento estamos em contato com suas manifestações. Mas só com esse estudo sobre sexualidade fica difícil trabalhar outras questões, tais como o abuso sexual.

Na formação de professores/as nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Maringá existe apenas uma disciplina que trata a teoria psicossexual. En-

tão o/a professor/a se sente despreparado/a para tratar dessa temática, mesmo porque as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (2003), apresenta os temas transversais como um problema social, também o documento enfatizam que os temas esvaziam os conteúdos das disciplinas de Ciências, enquanto isso temos o documento oficial das Diretrizes Curriculares de Maringá prevendo o trabalho como temas transversais como podemos observar no excerto a seguir.

> Neste contexto, faz-se necessário uma reestruturação dos conteúdos referentes ao corpo humano e saúde para que partindo do senso comum dos educandos o educador possa mediar, enfatizando o conhecimento científico e estabelecer relações entre o homem e seu meio. Assim, o campo de estudo sobre o corpo humano e saúde objetiva conhecer e compreender a integração entre os sistemas que compõem o corpo humano, suas funções e principalmente, relacioná-las à qualidade de vida. (DIRETRIZES CURRICULARES de MARINGÁ, 2009, p. 7)

Como percebido, não só as Diretrizes de Maringá (2009) trazem como conteúdo, a sexualidade, mas também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1996), intitulado em seu volume 10 como "Orientação Sexual e Pluralidade Sexual", trabalhados a partir de temas transversais. A partir desse documento, intensifica-se o interesse e a preocupação do Estado pela sexualidade, mas pelo o fato do aumento nos casos de gravidez indesejada e o risco de contrair HIV e de outras DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis).

O documento oficial de Maringá norteia o que deve ser trabalhado nos conteúdos de Ciências. A sexualidade passa, portanto, a ser trabalhada a partir do 5° ano do ensino de 9 anos. Esse documento traz como proposta que sejam trabalhados conteúdos específicos: prevenção para saúde sexual; Doenças Sexualmente Transmissíveis; AIDS; prevenção contra gravidez.

Apesar desse documento nortear os conteúdos, o/a professor/a acaba não sendo orientado/a, pois não teve formação adequada para trabalhar a temática, o que acaba prejudicando a aprendizagem do/a aluno/a, mesmo porque a função do/a professor/a é fazer com que o/a aluno/a tenha um conhecimento formal e cientifico. Para Braga (2002), os assuntos que dizem respeito à rotina não são ensinados e nem apreendidos no ambiente escolar; um exemplo disso é a formação afetiva. Além disso, questões como sexo e sexualidade, na maioria das vezes não são tratados pelos familiares devido os seguintes motivos: não sabem como abordar o tema ou por não terem sido orientados pelos seus/suas pais/mães ou mesmo pela repressão sexual no contexto familiar.

Isso acontece também pelo fato dos documentos oficiais do Estado do Paraná e a matriz curricular de formação dos/as professores/as não abordarem a temática

nem nas leis e nem nas disciplinas no ensino superior; isso faz com que o/a professor/a traga seus mitos, tabus e preconceitos para dentro da sala de aula. Em contrapartida, temos os PCN (1996) que abordam a Orientação Sexual Escolar trazida como temas transversais podem (e devem) ser trabalhados em sala de aula e abrange a todos/as os/as educadores/as. Então cabe também à escola - e não mais somente à família - orientar sexualmente esses/as alunos/as.

> Debater sexualidade é discutir valores, normas sociais e cultura; debater sexualidade é buscar compreender as versões individuais que temos de um tema que é social. Dar sentido à sexualidade de cada um implica tomá-la como uma construção histórica no âmbito das relações sociais, relacionadas às formas de vida e às necessidades que a humanidade encontrou e/ou construiu. (KAHHALE, 2001 *apud* BRAGA, 2002, p.189)

Nesse sentido, a formação do/a docente visa que o/a profissional atue nas práticas pedagógicas de acordo com a realidade social. Então, é necessário que esse/a profissional entenda a construção histórica como está citada acima, que faz parte das questões ligadas à sexualidade.

Em suma, o artigo discute a formação docente dentro da universidade, de acordo com as necessidades da sociedade; a formação do/a professor/a dentro da matriz curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, relacionando com o que é proposto nos PCN (1996) , nas Diretrizes Curriculares de Maringá (2009) e as Diretrizes do Estado do Paraná (2003).

O CONCEITO FOUCAULTIANO SOBRE A HIPÓTESE REPRESSIVA DA SEXUALIDADE

Para Foucault (1988), no século XVIII, houve um começo da repressão na sociedade burguesa, porque havia um controle através dos discursos sobre o que era dito sobre o sexo. Esse controle foi feito por meio da linguagem, visto que nesse período foi proibido falar sobre sexo, o que autor chamou de *interdito* e censura.

O autor ressalta que pode ser que nessa sociedade tenha ocorrido o que era chamado de decência - controle das palavras escritas ou faladas nos meios sociais. Assim foi imposto um silêncio sobre o sexo e um dos locais onde se deveria ter uma cautela seria na escola, e em específico, a relação professor e aluno.

No século XVII, houve um aumento nos discursos sobre sexo. Depois do Concílio de Trento, a Igreja Católica tentou esconder os manuais de confissão da Idade Média. Antes disso, Tamburini tinha convicção que a confissão completa deveria

conter informações sobre a relação sexual dos casais, tais como: toque, gesto, momento do prazer (FOUCAULT, 1988).

Nos países católicos, o controle dos fiéis era feito por meio de confissões anuais. Com isso, os clérigos aproveitam para impor as regras e no ato da confissão era imposta a penitência, por causa talvez de alguns pecados tais como: desejos, pensamentos e insinuações da carne. Surge a nova pastoral, a partir da Contra-Reforma. A partir disso, o sexo não pode ser falado sem nenhum devido cuidado. O pecado da carne torna-se o início de todos os pecados (FOUCAULT, 1988).

No século XVIII nasce um desejo da Medicina pelo discurso do sexo. A idéia era que o discurso teria que ser mudado e não ter um único cunho moral. Mas se esse discurso fosse direcionado para a razão, o discurso passa a ser analítico. Neste século o sexo passa a ser considerado como caso de polícia. Neste mesmo período temos a população com problemas econômicos e políticos, pois precisava de mão-de-obra, então necessitava ter trabalhadores/as saudáveis. Para que isso ocorresse era preciso cuidar dessa população como os cuidados de natalidade e mortalidade, prevenção de doenças e hábitos saudáveis para uma boa alimentação. E assim foram tratados/as, visando se ter um controle sobre o sexo, como por exemplo: utilização de métodos contraceptivos, visando a uma menor taxa de natalidade e um controle da diminuição da frequência da relação sexual. Tudo isso era analisado porque a política e a economia precisavam se desenvolver e era necessário ter uma população grande para se produzir mais riqueza. Para o autor é a primeira vez que a sociedade acreditava que o seu desenvolvimento depende de como o sexo é praticado. A partir desse momento surgem às condutas sexuais, os limites entre o biológico e o econômico (FOUCAULT, 1988).

Antes disso era a Igreja Católica que fazia esse controle sobre o discurso da sexualidade. No século XIX e XX, os Estados já tinham consciência sobre as relações sexuais dos indivíduos. As instituições escolares no século XVIII não discutem nada sobre sexo. Há uma alerta total sobre o que se falava sobre sexo e existiam punições. O discurso da instituição é que a sexualidade existe precoce, ativa e permanente. A escola impôs o silêncio sobre o sexo das crianças e dos/as adolescentes por meio dos conteúdos pedagógicos (FOUCAULT, 1988).

No século XVIII o controle se deu por meio do discurso; já no século XIX a Medicina passa a tratar os discursos sobre o sexo. A princípio ela vai tratar das doenças do nervo; logo após a psiquiatria passa a ter interesse pelo estudo da sexualidade. No

primeiro momento tem interesse no estudo sobre o onanismo (sinônimo de masturbação), que seria a origem das doenças mentais e das consideradas perversões sexuais.

Nesse período o sexo passou a ser um perigo. Dessa forma os discursos eram diagnosticados: se o sujeito era perverso, se existisse a constatação, ele seria caracterizado como doente mental. A partir desse momento, aparecem as normas do sexo. Esses controles eram feitos por meio de relatórios dos/as pedagogos/as e tratamentos médicos, e através dos discursos mudou-se o modo de pensar sobre a sexualidade. Essa preocupação com a sexualidade era apenas para que a população continuasse a desenvolver a força do trabalho, a reproduzir a sociedade em síntese. A intenção era manter uma sociedade conservadora (FOUCAULT, 1988).

No século XIX houve um aumento no que se falava sobre a sexualidade; a implantação do que foi a perversão. Também nesta época teve o início das heterogeneidades sexuais. No século XVIII existiram três códigos de controles das práticas sexuais: os direitos canônicos, a pastoral cristã e a lei civil determinaram o que era correto ou não. Por estes documentos fazia-se o controle dos matrimônios, como por exemplo, na época da quaresma era proibido ter relações sexuais. O sexo do casal era cheio de regras. Por meio das confissões eles relatavam sua vida sexual, e por meio desse discurso eram impostas às regras de controle de sexo.

Procurar prazeres fora do casamento era pecado. A lista de pecados incluía: o incesto, a sodomia e as carícias. Nessa época a homossexualidade era um crime tanto quanto o casamento sem a permissão dos pais. Esses fatos eram considerados contra as leis civis e contra as leis da Igreja.

As proibições do sexo foram fundamentadas pela jurídica (FOUCAULT, 1988). Ser hermafrodita nesse momento era o mesmo que ser um criminoso, pois nem a Medicina e nem as leis civis não tinham explicação para esse fenômeno. Então pelo fato de não conseguirem explicar o fato, uma pessoa hermafrodita era presa como criminosa. Nos séculos XVIII e XIX houve algumas transformações como, por exemplo, o questionamento sobre a sexualidade das crianças, dos/as loucos/as e dos/as criminosos/as.

Para Foucault (1988), no século XIX foram implantados os mecanismos de controle, através da pedagogização e da psiquiatria. A primeira fazia o controle por meio de relatórios e a segunda fazia o controle pela terapia. A Medicina cria a patologia para práticas sexuais que dizia que não era normal. Os/as pedagogos/as e

os/as médicos/as combateram o onanismo das crianças: consideravam como uma doença que deveria ser eliminada. Tanto os/as pedagogos/as quanto os/as médicos/as na sociedade burguesa fizeram o controle da sexualidade por meio do poder que exercem sobre o indivíduo.

Portanto, entendemos que a hipótese repressiva na sociedade burguesa surgiu a partir do interesse da Medicina, do Estado, e das instituições, sendo feitos por meio do discurso, oral e escrito. Antes disso, quem fazia esse controle era a Igreja Católica que menciona o pecado da carne. Depois temos a Medicina que segue a mesma linha de pensamento da Igreja. O que diferencia ambas é que a Medicina coloca as práticas sexuais não adequadas como patologia e já a Igreja as menciona como pecado.

A MÍDIA E A SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE: ANÁLISE DE DADOS

Schwengber (2004) discute sobre as discussões de gêneros e práticas escolares. Ela ressalta como o/a pedagogo/a lida com as questões do corpo como aprendiz e as práticas discursivas

> Implica processos de construção, de produção de sujeito, nos quais os aprendizados corporais são interligadas ao processo de socialização, de formação e de escolarização que ocorreram (e continuam ocorrendo) ao longo de nossas vidas. Assim, as práticas escolares são tomadas como teias em que apreendemos, nos prendemos, somos presas e das quais, por vezes, também nós soltamos. (LOURO, 1997 *apud* SCHWENGBER, 2004, p.74)

Para Schwengber (2004), o corpo traz história, ressaltando que muitas vezes as crianças escolarizadas não a manifestam. Para ela, não aprendemos a olhar para nosso corpo e a escola não nos proporciona isso. Essas marcas são determinadas pelo discurso e pela cultura. Mas a intenção da autora é fazer com que percebamos que a humanidade é construída por meio das práticas sociais. Para isso afirma que, para Foucault (1988), o corpo é inteiramente marcado de história e que a história é o que vai arranhando e moldando esse corpo.

A autora ressalta alguns dos discursos de suas alunas do curso de Pedagogia, em que dizem que todo ser humano é feito pelos discursos, mas muitas vezes esses discursos nomeiam quem somos. Muitas vezes esse corpo é reprimido pelos/as educadores/as, como por exemplo, nas aulas de Educação Física, onde muitos/as professores/as estipulam uma meta e, quando não é alcançada, culpa seus/suas

alunos/as, reprimindo-os/as por meio do discurso que não são capazes. (SCHWENGBER, 2004)

Esse corpo reprimido é o que Foucault (1988) chama de hipótese repressiva por meio do discurso, pois é que se tem o controle do que é feito ou falando.

Schwengber (2004) ressalta que grande parte dos/as professores/as faz a separação de gêneros e menciona que os meninos são ideais para participarem das práticas esportivas e as meninas para a parte da escrita, pintura etc.

O propósito da pesquisa da referida professora era tentar entender como as pedagogas lidavam com o corpo, e uma de suas alunas mencionou que não se sentia à vontade com seu corpo. Ela tenta buscar explicações para entender o que teria levado a essa aluna a ver seu corpo desta forma.

Muitas pedagogas disseram que tinham vontade de se olhar e de conhecer seu corpo, mas se sentiam reprimidas. Para essas acadêmicas, a sexualidade sempre foi tratada no espaço escolar por uma visão não pedagógica, mas sim uma visão de alguns/mas especialistas da área da saúde, tais como, enfermeiros/as e médicos/as.

A sexualidade foi vista como doença e para Meyer (2002 *apud* SCHWENGBER, 2004, p. 78):

> [...] para desmanchar essas noções de corpo que atrapalha, que está fora do lugar, colocando em questão os processos que as produziram desse modo. Parece-me que esse movimento de compreender como fomos posicionadas nos nossos processos de aprendizagens corporais – como aprendemos a reconhecer nossos corpos como feminino ou masculinos – é um investimento fundamental na formação de professoras.

A citação acima nos faz lembrar como é o posicionamento das carteiras nas escolas, os/as alunos/as estão com seus corpos colocados na mesma posição. A questão de gênero, ressaltada pela autora, que é muito discutido em sala de aula, é sobre o que é de menino e o que é de menina. É importante ressaltar que poucos cursos de formação de pedagogos/as tratam das questões de gênero e de sexualidade. Isso faz com que o/a professor/a tenha muitas dificuldades para tratar destas questões, como foram mencionadas no texto. O/A professor/a não tem uma formação adequada para tratar o tema mesmo porque não teve ninguém para orientar.

A autora ressalta que tipo de marca se deixa no corpo desses/as alunos/as; como educadores/as e se esses/as profissionais estão reproduzindo as mesmas marcas ensinadas por eles/as por meio da história de sua aprendizagem.

Para ela, algumas professoras trazem preconceitos em relação aos gêneros, tais como, menina não pode brincar de futebol, pois isso é coisa de menino. E quando

esse/a educador/a se depara com alunas que valorizam seu corpo e não acreditam discriminação que acontece em relação ao gênero. Muitas educadoras ainda estão presas ao discurso repressivo.

Esse artigo faz parte de um trabalho de Projeto de Iniciação Cientifica (PIC), vinculado ao CNPq, com o tema: Escola e Sexualidade: uma prevenção para a vida, sob a orientação da professora Drª Eliane Rose Maio Braga, docente e pesquisadora na área de gênero, diversidade sexual, sexualidade e formação de docentes da Universidade Estadual de Maringá. O projeto está sendo desenvolvido desde agosto de 2009, a partir da liberação do Comitê de Ética e Pesquisa (COPEP), quando fomos até as instituições para aplicar questionários nos/as docentes e alunos/as.

O PIC teve como público-alvo algumas instituições escolares, os/as professores/as e alunos/as, e um dos motivos pelo qual decidimos estudar as escolas por causa das indagações e questionamentos dos/as professores/as sobre a sexualidade. Outro fator foi que contribuiu para esse estudo foi que nas escolas ocorre grande parte das manifestações sexuais, pois os/as alunos/as passam parte de suas vidas dentro dessas instituições. O objetivo do projeto era entender de que forma a sexualidade vem sendo tratada no espaço educativo.

A pesquisa foi realizada em lócus de quatros escolas: duas públicas e duas particulares. Escolhemos o público e o privado para entendermos se havia realmente diferenças no ensino sobre a sexualidade na escola.

Em primeiro lugar elaboramos um questionário para os/as docentes e para os/as alunos/as responderem para que pudéssemos entender como a sexualidade estava sendo ensinada na escola. Mas antes disso tivemos o embasamento da teoria de Michel Foucault (1988), Braga (2002, 2007, 2008), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), as Diretrizes do Estado do Paraná (2003) e as Diretrizes de Maringá (2009) para que pudéssemos entender como foi construída socialmente e culturalmente a sexualidade e a forma como elas podem ser trabalhadas nas instituições, a partir do referencias curriculares. E assim fomos para as instituições a fim de entender como é construído o processo de aprendizagem da sexualidade dentro das escolas.

Agora passemos à análise dos dados coletados em escolas particulares de Maringá. Entregamos 40 questionários aos/às professores/as e aos/às alunos/as entregamos 64; retornaram 17 dos/as docentes e 44 dos/as estudantes. Nesse trabalho, evidencia-se um recorte dos questionários dos/as professores/as.

No primeiro momento marcamos um horário com a coordenadora pedagógica das escolas para esclarecimentos da aplicação do questionário, mas antes disso conversamos com os/as alunos/as e professores/as. O primeiro contato com os/as alunos/as foi muito bom. Vimos que realmente eles/as demonstram interesse sobre o tema. Ao contrário de muitos/as professores/as, que quando começamos a explicar, muitos/as continuaram a conversar e nem deram atenção, tivemos que pedir um/a a um/a se poderiam contribuir voluntariamente para nossa pesquisa. Muitos/as se recusaram e disseram que não achavam importante o tema, outros/as pegaram o questionário, mas não o devolveram. Houve uma resistência muito grande por parte dos/as professores/as, muitos/as acreditam que o estudo da sexualidade não é importante na escola, outros/as ainda acham que é dever da família educar esses/as adolescentes e outros/as acreditam ser importante mais não abordam a temática.

Em relação aos/às alunos/as, ligamos para vários/as pais/mães, mesmo tendo levado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Comitê de Ética para serem assinados, muitos/as pais/mães acharam de extrema importância o estudo da sexualidade na escola e alguns/mas relataram que não sabiam como abordar a temática com seus/as filhos/as e achavam que a escola deveria trabalhar essas questões, outros/as alegaram que os/as filhos/as eram muito pequenos/as e nem saberiam responder as questões. Lembrando: o questionário foi aplicado para alunos/as de 5ª a 8ª ano do Ensino Fundamental. Percebemos que houve uma grande mobilização dos/as pais/mães para saber como seria aplicado o questionário e qual o conteúdo. A maioria daqueles com quem não conseguimos falar acabaram retornando a ligação e falaram conosco para saber como funcionaria a pesquisa.

Quando fomos aplicar os questionários nas escolas, a maioria dos alunos/as estava esperando, achando que teriam uma palestra aonde uma pessoa discutiria Educação Sexual. A partir desse momento percebemos a necessidade desses/as alunos/as em discutirem sexualidade. Muitos/as reclamaram quando dissemos a eles/as que não teriam nenhuma palestra e que somente aplicaríamos um questionário sobre a temática.

Os/as professores/as responderam o questionário e depois nos entregaram. Quanto aos/às alunos/as, acompanhamos cada uma/a em suas respostas, muitos/as não sabiam a diferença entre sexo e sexualidade e durante o questionário sempre vinham perguntar o que deveria ser respondido, e nós sempre orientávamos que eles/as deveriam responder todas as questões de acordo com o que sabiam sobre o tema.

O questionário continha cinco perguntas aos/às professores/as de disciplinas escolhidas aleatoriamente. Porém, nesse artigo, discutiremos apenas uma:

Como você aborda questões sobre sexualidade em sua disciplina?

Como podemos observar, a pergunta diz respeito à abordagem temática no trabalho em sala de aula. Alguns/mas professores/as (totalizando 25% dos questionários entregues) alegaram que não trabalham o tema, porque tal abordagem não faz parte de sua disciplina. Dentre os questionários aplicados aos/às professores/as, 50% responderam com naturalidade que trabalham. 25% trabalham só quando questionados/as sobre o tema, isto é, raramente ou às vezes.

A partir desse total que afirmaram que abordam o tema com naturalidade, escolhemos algumas respostas para serem analisadas, por exemplo, "*procuro trabalhar com naturalidade, esclarecendo as dúvidas de forma objetiva e direta*". Notamos nessa frase que o/a professor/a trata da questão, mas não quer ser incomodado/a. Então, responde aos/às alunos/as para que não tenha mais perguntas sobre sexualidade.

Outro/a professor/a respondeu "*Com naturalidade e franqueza. Não tenho problemas em usar termos referentes a sexualidade em minhas aulas e debatemos sobre diversos temas, tais como: o início da atividade sexual, DST, sexo seguro , camisinha masculina e feminina, gravidez, virgindade, entre outros*". O/a professor/a que respondeu a questão acima foi uma exceção entre as várias que responderam o questionário. Percebemos que o/a educador/a tem um domínio sobre o conteúdo de sexualidade. Além disso, ele/a ensina os PCN (BRASIL, 1996).

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela "invade" a escola por meio das atitudes dos/as alunos/as em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os/as alunos/as deixem sua sexualidade fora dela. (BRASIL, 1996)

O documento mostra a necessidade de as instituições não reprimirem o estudo da sexualidade por meio dos discursos usados pelos/as educadores/as. Mas que ela discuta com esses/as alunos/as a importância de se estudar sexualidade nas escolas.

A terceira resposta apresentada mostra repressão sexual por parte do/a professor/a em relação ao tema, embora ele/a diga que o trata de forma natural "*Com naturalidade, clareza e respondendo aquilo que foi questionado. Quando percebo risos.....informo que o pai ou a mãe já passou por situações semelhantes, calando-os.*" Notamos, a partir da es-

crita do/a professor/a que diz tratar o assunto com naturalidade, que ele/a reprime o/a aluno/a, quando surgem as risadas. Outro aspecto que chama a atenção, pois se as risadas surgem, é porque o tema não é tão trabalhado na escola o quanto deveria, para ser *natural*. Se fosse, não haveria motivos para o riso.

Na mesma categoria de abordagem, temos a afirmação de um/a professor/a que diz tratar o tema de maneira técnica *"abordo de maneira técnica, porém com uma linguagem mais acessível, utilizando exemplos e abordando os aspectos que despertam a curiosidade. Sempre acompanhada de psicopedagogo, que trabalha outras questões que transcendem a área de Ciências"*.

Por meio dessa resposta, podemos fazer referência ao que Foucault (1988) afirmava sobre o controle do discurso sobre o sexo. Esse controle era feito por meio da linguagem, no século XVII, no qual foi proibido falar sobre sexo o que autor chamou de interdito e censura. Atualmente ainda podemos observar essa censura dentro das instituições, como o professor de Ciências acredita precisar de uma orientação da Psicopedagoga para saber o que ele pode ou não falar sobre sexualidade.

Em outro quadro, observamos professores/as que responderam que eventualmente ou raramente tratam da temática em sala de aula "*Eventualmente, quando surge alguma pergunta ou dúvida*" ou "*raramente abordo, mas quando necessário procuro fazê-lo de forma coerente, clara, dentro de um contexto Histórico*".

A repressão está relacionada ao momento histórico que está inserida com o objetivo de continuar com os padrões pré-estabelecidos adequados para aquela sociedade. Assim, a sexualidade é conduzida pelas normas e regras impostas por determinadas instituições, como a sociedade burguesa e a religião. Para Foucault (1988), o problema da repressão está ligado a relações entre poder e sexo.

Além disso, para Foucault (1988), as pessoas deveriam controlar sua vida afetiva, pois a comunidade determinava o comportamento daquele indivíduo como normal ou como doença. Logo Foucault (1988) afirma que a repressão sexual tem muitas dificuldades entre a relação do poder e o sexo. No entanto, o poder mencionado é daquele que controla as convivências sociais, no caso podemos observar durante a pesquisa que esse "poder de controle", na instituição escolar é do/a professor/a, que por meio do discurso e da hipótese repressiva citadas pelo autor, alguns/mas se negam a trabalhar a tema dentro das salas de aula.

Além dos/as professores/as que disseram trabalhar raramente ou que trabalham com naturalidade, temos os/as professores/as que responderam não trabalhar com o tema. Esses/as alegam diversas justificativas, tais como: "*Sou da disciplina de arte e não abordo questões sobre sexualidade, a não ser quando questionada então trato com naturalidade*". Já o professor de Educação Especial, afirma "*Trabalho com Educação Especial e nunca abordei a questões sobre sexualidade com meus alunos*", assim como o professor de Geografia menciona "*Na minha disciplina Geografia não trabalha sexualidade*". Vale ressaltar que em situação particular, o professor de Educação Especial disse acreditar que os/as alunos/as não vão entender se ele trabalhar a temática, por isso considera desnecessário esse tema. Em outra perspectiva, em relação ao professor de Geografia, que afirmou veemente que não é trabalho da disciplina dele o trabalho com a sexualidade, observa o desconhecimento até mesmo sobre os conteúdos que ele trabalha em sala de aula, pois como consta nos PCN, é função da disciplina de Geografia.

> conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva. (PCN DE GEOGRAFIA – BRASIL 1996).

Sobre isso, Foucault (1988) enfatiza que é necessário o estudo da sexualidade e esse teve um enfoque maior interesse a partir do momento que havia necessidade da sociedade em ter um controle sobre a natalidade e a mortalidade e a prevenção de doenças.

Embora alguns/mas professores/as afirmem que trabalham sexualidade na escola, o que se percebe por meio das falas é que essa hipótese repressiva citada por Foucault (1988) ainda ocorre nas instituições e muitos/as dos/as professores/as se negam a falar sobre o tema com medo dos/as pais/mães, da sociedade e dos tabus que foram atribuídos ao longo da história. Mesmo sendo amparados/as pelas leis como Parâmetros Curriculares Nacional e as Diretrizes do Estado do Paraná, sentem-se inseguros/as para tratar o tema.

CONCLUSÃO

A partir dos dados, evidenciamos que os/as professores/as da Universidade Estadual de Maringá não têm formação para lidar com a sexualidade em sala de aula e com as questões do corpo que tanto ressalta a Revista Corpo Gênero e Sexualidade (2004) enquanto meio de circulação midiático. A falta de formação dos/as educadores/as de Maringá na área de sexualidade se dá também pelo fato de não ter leis no Estado do Paraná que incentivem o estudo da sexualidade. Assim, a teoria foucaultiana, embora escrita há algumas décadas, diz muito sobre até onde perpetua o discurso sobre a hipótese repressiva na sociedade capitalista, que por meio dos discurso faz o controle do que é falado sobre sexo e sexualidade.

Alguns/mas docentes ainda trazem consigo essa possível hipótese repressiva, como o autor ressalta. Mesmo sabendo que eles/as são amparados/as pelas leis de incentivo ao estudo da sexualidade como constam nos documentos oficiais PCN. Porém, o que temos no Estado do Paraná é uma inversão em relação aos temas transversais, pois os documentos não abordam a temática e os educadores do Estado se norteiam a partir das Diretrizes e muitos/as se sentem acuados/as em tratarem a temática em sala de aula, pois os documentos federais incentivam o estudo, enquanto os estaduais não. Outro fator que contribui para que não se tenha o estudo é o fato dos/as educadores/as trazem consigo marcas deixadas ao longo de sua construção de sua identidade e social, como por exemplo, mitos e tabus.

Portanto, para que essa realidade seja mudada é necessário que se tenham leis de incentivo no estado do Paraná para temática e, a partir disso, que se tenha um curso de formação de professores/as com uma disciplina especifica para abordar o tema.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Eliane Rose Maio. **"Palavrões" ou Palavras**: um estudo com educadoras/es sobre os sinônimos usados na denominação de temas relacionados ao sexo. 2008. 241f. Tese (Doutorado em Educação) – UNESP, Araraquara.

BRAGA, Eliane Rose Maio. As questões do gênero e da sexualidade na Educação. IN: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, Sheila Maria. **Infância e Práticas Educativas,** Maringá: Eduem, 2007, p.211.

BRAGA, Eliane Rose Maio**. Sexualidade Infantil:** Uma Investigação Acerca Da Concepção das Educadoras de uma Creche Universitária sobre Educação Sexual,Maringá, 2002. Tese (Mestre em Educação) – UNESP, Assis.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, educação sexual. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1996.

BRASIL**.** Parâmetros Curriculares Nacionais: **Geografia.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

DIRETRIZES CURRICULARES DE PEDAGOGIA – UEM. Disponível em: http://www.pen.uem.br/html/pen/graduacao/cursos/ped.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Universidade e Estágio Curricular: Subsídios Para Discussão. *In*: ALVES, Nilda. **Formação de Professores**, São Paulo: Cortez, 1992, p. 53-72.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

PARANÁ, **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**, Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2003.

MARINGÁ, **Descritores do Ciclo de Alfabetização e Letramento**- 1ª e 2ª anos do Ensino Fundamental. Prefeitura do Município de Maringá, Secretaria da Educação, 2009.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Professora, cadê seu corpo? *In*: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. **Corpo, Gênero e Sexualidade,** Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 73.